

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A SEMANA DE 4 DIAS, A BAIXA PRODUTIVIDADE E OS BAIXOS SALÁRIOS CAUSADO PELO REDUZIDO INVESTIMENTO, A FALTA DE EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVIDO À FALTA DE INVESTIMENTO E DE TRABALHADORES

O governo apresentou, em 2/11/2022, à Comissão Permanente de Concertação Social” (CPCS) um documento com 8 páginas que designou “**Experiência-Piloto Semana de quatro dias**”. Uma simples leitura deste documento leva logo à conclusão de ser feito por quem desconhece ou não quer conhecer a realidade portuguesa, ignorando-a, pois limita-se a referir experiências estrangeiras cujos resultados nem apresenta de uma forma verdadeira, manipulando a própria verdade. O documento do governo refere países - Reino Unido, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, Islândia – onde algumas empresas adotaram durante 6 meses a semana de 4 dias, mas como se reconhece no próprio documento “*estas experiências não têm sido organizadas pelos respetivos governos, mas por uma consultora sem fins lucrativos, a 4-Day Week Global*”. E não esclarece se estas experiências continuaram e depois abrangeram mais empresas ou serviços públicos. A afirmação que consta do documento que “*atualmente 86% dos trabalhadores islandeses reduziram as suas horas semanais, ou têm o direito de o fazer no futuro*” não é verdadeira e pode induzir em erro os leitores. Segundo o relatório “GOING PUBLIC: ICELAND’S JOURNEY TO A SHORTER WORKING WEEK June 2021, disponível na Internet, sobre os resultados desta experiência revela que os trabalhadores abrangidos por esse regime de trabalho são apenas pouco mais de 1% dos trabalhadores da Islândia (1% corresponde a menos de 2000 trabalhadores) e que, em relação ao futuro, é apenas uma intenção acordado com os sindicatos, mas não implementada. **Estas experiências de semanas de 4 dias de trabalho estão associadas à seguinte condição: “Os trabalhadores recebem 100% do seu salário, para trabalharem 80% da semana habitual, mas, em troca, devem manter 100% da produtividade”, ou seja, têm que fazer em 4 dias o que antes faziam em 5 dias de trabalho.**

É com estes argumentos frágeis que o governo defende a “**Experiência-Piloto 2023, nas seguintes condições:**” (a) *Só abrangerá o setor privado, mas aberta a todas as empresas;* (b) *Terá a duração de seis meses, voluntária e reversível;* (c) *Não terá qualquer contrapartida financeira do Estado;* (d) *O Estado apenas providencia suporte técnico e administrativo para apoiar a transição*”. É fácil de concluir que não é para levar a sério

Em Portugal, embora o governo não refira, por ignorância, a semana de 4 dias já foi experimentada há anos na Câmara de Mafra, na altura em que o presidente era o sr. Ministro (*nome próprio*), e os trabalhadores, para compensar a redução de um dia por semana, tinham de trabalhar mais horas nos outros dias aumentando significativamente a carga horária, o que os deixava profundamente insatisfeitos. Mas tal experiência teve de ser abandonada devido ao protesto dos habitantes que não compreendiam que, num dia de trabalho, quando se dirigiam à Câmara, para tratar de assuntos do seu interesse, ela estivesse fechada e também porque os trabalhadores da Câmara eram considerados privilegiados pela população de Mafra. Quando terminou com a entrada de um novo presidente os próprios trabalhadores da Câmara sentiram um alívio e ficaram satisfeitos não se conhecendo que qualquer trabalhador tivesse reclamado.

O documento apresentado revela grande pobreza intelectual e devia envergonhar qualquer governo a não ser que seja uma manobra de diversão com o objetivo de ocupar espaço nos media e enganar os trabalhadores criando a ilusão que vão trabalhar menos para que esqueçam que estão a sofrer uma profunda degradação nas condições de vida devido à escalada de preços. Mais importante que esta ilusão, até porque os patrões não aceitarão, é, neste momento, aumentar os salários e pensões para compensar a escalada de preços.

A BAIXA PRODUTIVIDADE EM PORTUGAL DEVIDO AO BAIXÍSSIMO INVESTIMENTO PRIVADO E PÚBLICO

E o despropósito desta iniciativa do governo ainda se torna mais óbvia, se tiver presente que um dos problemas mais graves que o país enfrenta é o baixo crescimento da riqueza criada anualmente por trabalhador, ou seja, da produtividade aparente do trabalho, pois o seu aumento não depende só do trabalhador, que é agravado pela repartição desigual entre Trabalho e Capital da riqueza criada, em favor deste último, devido ao baixíssimo investimento público e privado. **E parece que isso não constitui uma preocupação deste governo.** A prová-lo está a incapacidade do governo em utilizar de uma forma eficiente e atempada os fundos comunitários colocados ao dispor do nosso país. O “**Portugal 2020**”, em que a U.E. disponibilizou a Portugal 26.890 milhões € de fundos comunitários que podiam ter sido utilizados até 2020, ainda estavam por executar 5.903 milhões € no fim do 3º trim.2022 (*Boletim nº 30 da AD&C*). **E o presidente da República ainda diz que nele tudo vai bem.** O PRR, a “bazuca” que António Costa utilizou tanto na sua propaganda, que ia recuperar o país do atraso em que está, dos 16.644 milhões €, foram pagos apenas 1.007 milhões € (6%), sendo só 44 milhões € a empresas até ao início de nov.2022. E o que não for utilizado até 2026 o país perde definitivamente. E já se passaram quase 2 anos. E do “**Portugal 2030**”, com 24.180 milhões de fundos comunitários que devia ter começado em 2021, pois é o “**Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027**” ainda nem começou. As consequências desta incapacidade, causada pela **degradação da Administração Pública (falta de trabalhadores com competências e falta de investimento)** são dramáticas para o país. Cada ano de atraso são milhões € que se perdem devido à escalada de preços e de taxas de juro pois com os mesmos euros realiza-se muito menos porque tudo se torna mais caro e o investimento que as empresas têm de fazer (*a componente nacional*) para utilizarem fundos comunitários é muito mais difícil devido à subida das taxas de juros. O quadro1 mostra o grave problema da produtividade no nosso país, mesmo antes da pandemia e das sanções.

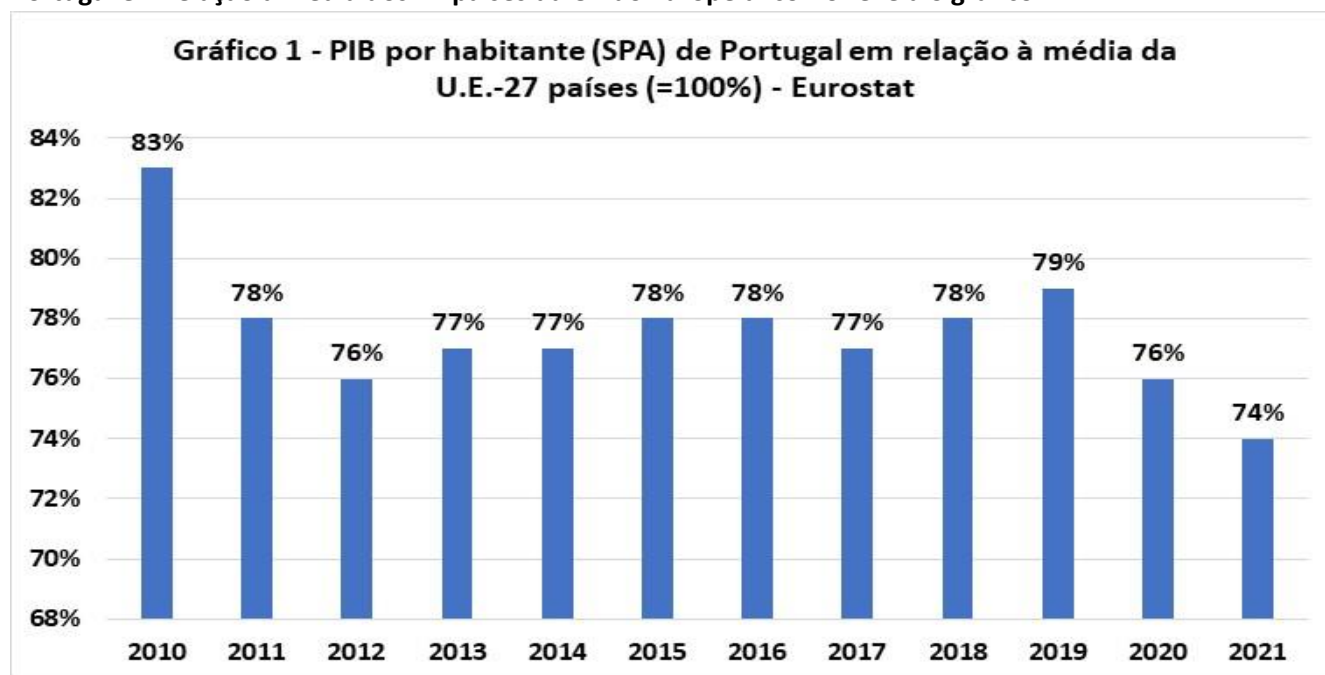
Quadro 1 – A riqueza anual criada pelos trabalhadores (PIB) e a produtividade aparente por trabalhador

ANOS	PIB- Milhões € a preços de 2016	Numero de trabalhadores remunerados - Milhares	Riqueza criada anualmente por trabalhador (produtividade aparente do trabalho)	Varição anual
2011	187 432	3 985	47 030 €	
2012	179 828	3 795	47 380 €	0,7%
2013	178 169	3 711	48 009 €	1,3%
2014	179 580	3 787	47 420 €	-1,2%
2015	182 798	3 876	47 157 €	-0,6%
2016	186 490	3 968	47 003 €	-0,3%
2017	193 029	4 112	46 944 €	-0,1%
2018	198 529	4 212	47 131 €	0,4%
2019	203 855	4 260	47 852 €	1,5%
2020	186 645	4 200	44 436 €	-7,1%
2021	195 760	4 272	45 823 €	3,1%
2011/2021	4,4%	7,2%	-2,6%	
2019/2021	-4,0%	0,3%	-4,2%	

FONTE: 2011/2021:CNAP (Contas Nacionais Anuais Provisórias) - INEE

Como revela os dados do INE do quadro 1, a variação anual da produtividade, medida pela riqueza anual criada por trabalhador (*tenha-se presente que o aumento da produtividade não depende apenas do trabalhador, mas também do investimento feito e da organização da empresa*), nos últimos 10 anos, em 5 anos foi negativa, e o valor da riqueza criada por trabalhador, a preços constantes de 2016, em 2021 (45.832€) é inferior ao de 2011 (47.030€) em -1207€. Mesmo se comparamos 2011 com 2019, ano anterior à pandemia, à guerra e às sanções, o aumento da produtividade em 8 anos é apenas 1,75% (*passou de 47.030€ para 47.852€*). **É evidente que assim o país não vai a sítio nenhum nem recupera o atraso crescente em que está mergulhado.** O reduzido crescimento económico em Portugal tem sido conseguido fundamentalmente à custa da incorporação de mais trabalhadores (*o que reduziu o desemprego*) mas não por meio do aumento da produtividade.

Este aumento reduzido da riqueza criada anualmente por trabalhador está a determinar um atraso crescente de Portugal em relação à média dos 27 países da União Europeia como revela o gráfico 1



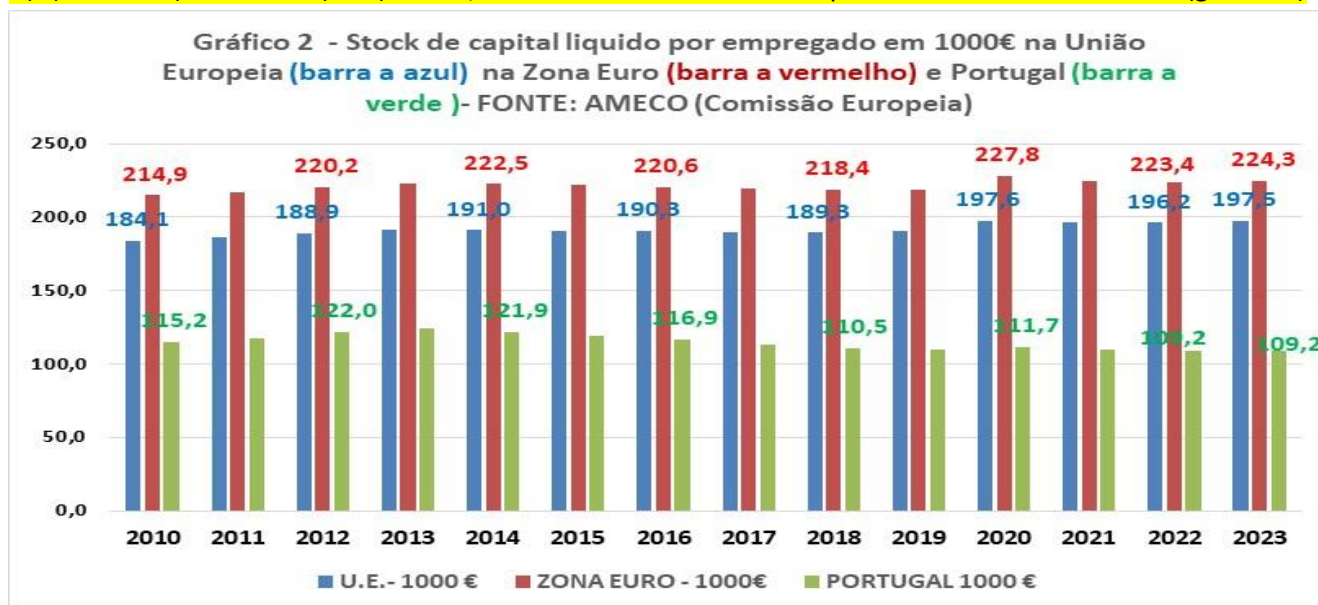
Em 2010, o PIB por habitante de Portugal, a preços SPA, que elimina a diferença de preços entre países para os mesmos bens, correspondia a 83% da média dos 27 países da U.E.; em 2019, antes da pandemia e da guerra, já representava 79%; e em 2021 tinha descido para apenas 74%. O atraso crescente de Portugal é enorme em relação à média da U.E. e todos eles sofreram os efeitos da crise e agora das sanções e da guerra.

APESAR DO ATRASO DE PORTUGAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS PAÍSES DA U.E., O INVESTIMENTO TOTAL E PÚBLICO, MEDIDO EM % DO PIB, FOI NOS ÚLTIMOS 10 ANOS INFERIOR À MÉDIA DOS PAÍSES DA U.E. O QUE AGRAVOU O ATRASO
O quadro 2 (*dados do Eurostat*), revela o baixo investimento quer total quer público nos últimos 10 anos consequência da incapacidade e da obsessão do défice que, para o reduzir, levou a cortes dramáticos no investimento público (*Centeno, Leão e agora Medina com o apoio de António Costa são os campeões dos cortes do investimento público para brilhar em Bruxelas*)

Quadro 2 – O investimento total e publico em % do PIB na U.E. e em Portugal – 2010/2021 – Eurostat

ANO	U.E.-27 países - Investimento total em % do PIB	PORTUGAL - Investimento total em % do PIB	Varição percentual do investimento total em Portugal em relação à U.E.	U.E.-27 países - Investimento público em % do PIB	PORTUGAL - Investimento público em % do PIB	Varição percentual do investimento público em Portugal em relação à U.E.
2010	21,0%	20,6%	-2,1%	3,6%	5,3%	45,9%
2011	21,1%	18,4%	-12,7%	3,4%	3,5%	3,9%
2012	20,7%	15,8%	-23,5%	3,2%	2,5%	-22,8%
2013	20,1%	14,8%	-26,5%	3,1%	2,2%	-29,1%
2014	20,1%	15,0%	-25,4%	3,0%	2,0%	-33,4%
2015	20,6%	15,5%	-24,6%	3,0%	2,3%	-25,5%
2016	20,8%	15,5%	-25,5%	2,8%	1,5%	-44,8%
2017	21,1%	16,8%	-20,5%	2,8%	1,8%	-36,7%
2018	21,5%	17,5%	-18,5%	2,9%	1,9%	-37,1%
2019	22,6%	18,1%	-19,7%	3,0%	1,8%	-39,7%
2020	22,4%	19,2%	-14,3%	3,3%	2,3%	-29,8%
2021	22,4%	20,3%	-9,4%	3,2%	2,6%	-20,7%

Em 2010 e 2011, o investimento público medido em % do PIB, foi, em Portugal, superior à média dos países da U.E. (em +45,9% e +3,9%) mas, a partir de 2011, com os governos do PSD/CDS e do PS, dominados pela obsessão do défice, verificou-se um corte dramático no investimento público (em 2014: -33,4%; 2016:-44,8%; 2019:- 39,8% do que a média da U.E.), o que arrastou a queda do investimento total (em 2014: -25,4%; 2019: -19,7% do que a média dos países da U.E.). Como consequência, o “stock do capital líquido” por trabalhador (o valor dos equipamentos que ele utiliza para produzir) é muito inferior à média dos países da U.E. e da Zona Euro (gráfico 2)



Em 2022, o “stock de capital líquido” por trabalhador é apenas 109.200€ em Portugal, sendo 196.200€ na U.E. e 227.800€ na Zona Euro. Com este reduzido investimento por trabalhador é inevitável que a produtividade não aumente

O FOSSO ENTRE REMUNERAÇÃO MÉDIA HORA EM PORTUGAL E NA U.E. TEM AUMENTADO

Quadro 3 – A variação da remuneração media hora em Portugal e na União Europeia – 2008/2021 - Eurostat

ANO	U.E.- 27 países (inclui salário e complementos)	Portugal (inclui salários e complementos)	% que a remuneração média hora total em Portugal representa da média da U.E.
2008	16,1 €	9,9 €	61,5%
2012	18,1 €	10,7 €	59,1%
2016	19,2 €	10,9 €	56,8%
2017	19,6 €	11,2 €	57,1%
2018	20,2 €	11,3 €	55,9%
2019	20,8 €	11,5 €	55,3%
2020	21,6 €	12,6 €	58,3%
2021	21,9 €	12,7 €	58,0%

E a remuneração média em Portugal, comparada com média da U.E., diminuiu, entre 2008 e 2021, de 61,5% para 58% segundo o Eurostat. Em 2023, mais de um milhão de trabalhadores portugueses, receberão o salário mínimo nacional. É neste país com baixa produtividade, com baixo investimento e com baixo stock de capital líquido por trabalhador, e com baixíssimos salários que este governo diz que quer reduzir a semana de trabalho para 4 dias. É certamente com o objetivo de enganar os trabalhadores para que desistam da luta por melhores salários e pensões que tenham aumentos que, pelo menos, compensem a escalada de preços. Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt